

O CONGRESSO CATÓLICO DO PORTO (1871-1872) E A EMERGÊNCIA DO LAICADO EM PORTUGAL

Os anos setenta do século passado foram decisivos para a emergência do laicado entre nós: razões externas e internas levaram a isso.

Em 1870, com efeito, foi a guerra franco-prussiana, com a derrota e a queda de Napoleão III. Este acontecimento político teve consequências graves na sociedade e na Igreja: na sociedade, o fim do segundo império em França, com a indefinição política que se lhe seguiu, proporcionou a sublevação e a comuna de Paris; na Igreja, Pio IX deixou de contar com o apoio francês e o que restava dos Estados Pontifícios foi tomado nesse mesmo ano pelas tropas italianas.

E não foi só o fim dos Estados Pontifícios. Foi também a interrupção forçada do Concílio Vaticano I, mal acabara de definir a infalibilidade pontifícia, único capítulo concluído de um projecto muito mais amplo sobre a Igreja, que ficou assim, isolado, a desequilibrar um tanto a eclesiologia e a motivar críticas ao catolicismo, reforçado na sua «romanidade». Algumas críticas internas e sobretudo muitas externas à Igreja, frequentemente eivadas de ignorância doutrinal e desconhecimento dos termos precisos em que essa infalibilidade tinha sido definida.

Estas críticas ao Vaticano I, integravam-se na rejeição das posições doutrinárias de Pio IX — sobretudo da encíclica *Quanta Cura* e do seu *Syllabus*, de 1864, em que este pontífice rejeitara a conciliação da Igreja com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna, entendidos como indiferentes ou hostis à religião — por parte de muitos homens da política e das letras, que não se cansavam de denunciar também o «ultramontanismo», ou seja, o concomitante movimento de devoção e auxílio ao Papa que galvanizava mais e mais católicos, por toda a parte e entre nós também.

Destas duas atitudes encontramos claros exemplos em Portugal no ano de 1871: a primeira, de rejeição do catolicismo romano, de Trento ao Vaticano I, subjaz às intervenções dos conferencistas do Casino Lisbonense, na Primavera desse ano; a segunda, de união ao Papa, leva à abertura no Porto, a 27 de Dezembro, da *Assembleia dos Oradores e Escritores Católicos*, o primeiro congresso católico português.

Como veremos, esta iniciativa é a primeira afirmação consequente, doutrinal e prática, do nosso laicado¹.

D. António de Almeida e o primeiro congresso católico português

Foi também uma iniciativa difícil. Foi-o, porque os católicos portugueses continuavam divididos quanto à questão político-dinástica, a aceitação ou não do regime constitucional e da dinastia de D. Pedro. A imprensa católica da época, por exemplo, ligava geralmente a causa do catolicismo à da restauração do regime e da dinastia de D. Miguel e o partido católico-legitimista recusava qualquer dissociação das duas.

Creio que, neste contexto, foi a própria magnitude do desafio lançado então ao catolicismo que motivou a união de católicos de posições políticas distintas neste primeiro congresso de 1871-72. E fazendo-o, levou-os também a encontrarem-se no que seria o campo específico do apostolado laical: a inspiração cristã da vida social, independentemente das preferências político-partidárias. Mas o caminho ainda seria longo e acidentado.

Não bastava porém o motivo; era preciso também o agente. Um agente que estivesse particularmente bem situado, para poder convocar e fazer cooperar sensibilidades tão diversas. Que fosse conhecido delas e conhecedor da realidade portuguesa. Que estivesse também colocado no próprio centro da questão mais motivadora — que era, no momento e para todos os católicos, a questão romana ...

Ora, este homem existia. Nascido pouco depois do nosso primeiro liberalismo, nunca lhe aderiu, mantendo-se sempre apologistas das instituições antigas e duma concepção paternalista e religiosa

¹ Cf. MANUEL CLEMENTE, *Primeiro congresso católico português*, in *Laikos*, X/4 (Out.-Dez. 1987), 375-390.

da vida social; no entanto, a sua argumentação e as suas iniciativas ficavam sempre a certa distância da luta propriamente partidária, demarcando-o como escritor «religioso» propriamente dito, o que lhe granjeava auditores fora do campo miguelista. Tanto mais quanto, desde os anos cinquenta, se unira à defesa do papado e de Pio IX, com quem esteve várias vezes em Roma e de quem foi constante promotor em Portugal. Além disso, estava ligado ao movimento católico europeu e participara designadamente no Congresso de Malines, de 1863, tão importante para a definição de novas relações dos católicos com a política e sociedade. Chamava-se D. António de Almeida e deveu-se-lhe a realização da *Assembleia dos Oradores e Escritores Católicos*².

«O escopo d'esta reunião catholica é alheio a toda a lucta de partidos, e tem por exclusivo fim o accordo d'estes soldados da Fé a respeito do modo como melhor se possam unir os esforços dos que trabalham na defeza da Religião»³, assim definia D. António de Almeida os seus propósitos, ao convocar a *Assembleia* — a que os participantes também chamarão *Congresso* — a 14 de Novembro de 1871.

Define-os, como vemos, no campo exclusivamente religioso, apelando aos «soldados da Fé», para que unam os seus esforços. Objectivo parcialmente realizado: de 71 para 72, reunem-se efectivamente no Porto católicos de diferentes opções políticas; mas, se são unânicos a propôr a regeneração católica do país e, ainda mais, na exaltação de Pio IX, não encobrem o seu diferente posicionamento quanto ao regime liberal. O que sucedeu — e foi esse o grande mérito de D. António de Almeida — é que estas diferenças foram sistematicamente secundarizadas na preparação, na realização e no próprio enquadramento do congresso, autorizado duplamente pelo bispo diocesano e pelo governador civil e abençoado pelo próprio Papa.

Para D. António, com efeito, a única questão continuava a ser religiosa e papal, tal como a pusera anos atrás, quando Pio IX fora desacatado pela revolução romana de 48-49: «A guerra ao

² Sobre D. António de Almeida (1821-1900) e a sua iniciativa cf. D. ANTÓNIO DE ALMEIDA, *Páginas catholicas*, 6, Porto 1872; e MANUEL CLEMENTE, *D. António de Almeida no catolicismo português de oitocentos*, a sair brevemente na *Revista de Guimarães*.

³ D. ANTÓNIO DE ALMEIDA, *Páginas catholicas*, 6, ap. II.

Papa é a guerra á Igreja, é a guerra ao Christianismo, é a guerra á Religião; a guerra á Religião tem por uma consequencia necessaria a guerra á sociedade»⁴. Esta fora, nos anos dez a vinte, a posição de De Maistre e Lamennais; fora a de D. António de Almeida em 49 e continuava a sê-lo no nosso primeiro congresso católico. Punha-a agora como dilema total e expressivo: «No estado *actual* das cousas ou Agua Benta ou petroleo!»⁵.

Sigamo-lo ainda nos passos que deu para a realização do congresso: «Voltava no mez de junho do passado anno de uma viagem de pouco mais de dous mezes por varios paizes da Europa, e já na bagagem da minha alma vinha o projecto da nossa Assembleia»⁶, escreveu ele em 72. Trazia de fora a ideia de realizar também entre nós um encontro de católicos militantes pela palavra e pela escrita, independentemente das suas posições partidárias: um «esforço de paz»⁷, como lhe chama também.

Seguem-se seis meses de preparação cuidadosa e persistente. Cuidadosa, porque qualquer iniciativa deste género levantaria imediatamente — como levantou — as suspeitas dos liberais mais radicais, em relação às suas verdadeiras intenções: «Foram as cousas preparadas para só serem conhecidas na devida hora»⁸, confessou D. António.

Preparação persistente, porque teve de fazer praticamente tudo: «Correr differentes localidades e repetir as visitas d'estas, foi uma necessidade; o Pensamento foi sempre acceite, a cõoperação promettida, uma só vez um *mas* de zelo (...). Nos trabalhos de predisposição, n'alguns momentos eu teria desanimado, vendome só a preparar tudo»⁹.

Trabalho pessoal e minucioso de D. António de Almeida, assim nos aparece o nosso primeiro congresso católico, ao menos no mais importante da sua preparação. Uma iniciativa absolutamente laical, portanto. De um leigo que não esquece aliás de a enquadrar eclesialmente, com toda a consciência da importância desse enqua-

⁴ IDEM, *Pio IX e a missão da mocidade*, Lisboa 1849, 18.

⁵ IDEM, *Páginas catholicas*, 6, 15.

⁶ *Ibid.*, 2.

⁷ *Ibid.*, 1.

⁸ *Ibid.*, 2.

⁹ *Ibid.*

dramento: «Do Bispo Diocesano recebi a necessaria aprovação, sem o que a obra não seria Catholica»¹⁰.

A eclesiologia do Visconde de Azevedo

Entre as adesões que obteve, D. António de Almeida decerto se alegrou com a de Francisco Lopes de Azevedo, então Visconde e depois Conde de Azevedo. Tanto mais que esta figura relevante das letras e da nobreza constitucional, arrastaria consigo o seu cuidado círculo de amigos e afastaria suspeitas de segundas intenções na convocação do congresso: «O nobre Conde de Azevedo teve muitos e verdadeiros amigos e a sua casa era um centro, onde elles se congregavam, para em agradável colloquio discutirem entre si assumptos, a que a murmuração era estranha» — lê-se n'*A Palavra*, meia dúzia de anos depois¹¹.

O Visconde discursou na sessão de 1 de Janeiro de 72, para afastar as acusações feitas à Igreja de tirânica, obscurantista e inimiga da liberdade de pensamento. Mas não é esta parte — a mais longa do seu discurso — que quero salientar aqui, antes o seu princípio, em que procura justificar-se por estar ali a fazê-lo.

Parecer-nos-á estranha esta preocupação de Azevedo... Mas, atendendo à época e ao país, a estranheza passará. É que ser um leigo a defender publicamente a Igreja; e fazê-lo numa reunião convocada por outro leigo, num local profano — como era o Palácio de Cristal, onde decorreu o congresso de 27 de Dezembro a 5 de Janeiro — tudo isto era novidade, particularmente suspeita para os radicais, sempre atentos às movimentações católicas¹².

Daqui que o orador começasse por se justificar. Mas não se limita a justificar-se: reivindica o seu pleno direito de, precisamente como leigo, falar da religião e da Igreja. E fá-lo com uma clareza eclesiológica notável, se atendermos à controvérsia que acompanhara e se seguia ao Vaticano I: «Bem sei que não falta quem tenha dito que esta nossa reunião era inutil e desnecessaria,

¹⁰ *Ibid.*, 3.

¹¹ CONDE DE SOMADAES, *Conde de Azevedo*, in *A Palavra* (2.I.72), 1. Sobre Francisco Lopes de Azevedo (1809-1876), 1.º Visconde e 1.º Conde de Azevedo, cf. 2.º CONDE DE AZEVEDO, *Cartas inéditas de Camillo Castello Branco ao 1.º Conde de Azevedo*, Coimbra 1926.

¹² Cf. MANUEL CLEMENTE, *Primeiro congresso*, 380-382.

por isso que os ministros sagrados do culto ahi estavam todos os dias prégando dentro dos nossos templos as cousas da religião, tornando-se assim escusado o vir escutal-as aqui. É exactamente por esse dito que estas reuniões me parecem necessarias e utilissimas: no seculo passado Voltaire, chefe dos incredulos do seu tempo, para ridicularisar a religião catholica chamava-lhe a religião dos padres, e os seus discipulos desde então até hoje não se teem esquecido de lhe dar a mesma denominação; pois, snr. Presidente, eu affirmo que é tudo pelo contrario, que a religião catholica não é a religião dos padres, mas os padres é que são da religião catholica»¹³.

Não é apenas uma frase de efeito garantido. É um esclarecimento básico e doutrinal, em que Azevedo assenta toda a sua intervenção, uma consciência de Igreja que a anterioriza logicamente, no seu conjunto — clérigos e leigos — e no que à manutenção da verdade diz respeito, a qualquer distinção ministerial. É a própria consideração do ministério em função e precisamente ao serviço da Igreja e da fé comum, e não antes nem acima delas: «O divino redemptor dos homens, Jesus Christo, quando estabeleceu na terra a sua religião, fundou ao mesmo tempo a sua Egreja, a qual era uma associação de homens que devia conservar até ao fim dos seculos o deposito precioso da verdade purissima que lhe revelára e ensinára; e como esta associação precisava muitas vezes de definir os mysterios sobre que pudesse haver duvida, e de interpretar os preceitos moraes, e era tambem mister que houvesse quem applicasse praticamente os sacramentos que o mesmo divino redemptor instituiria, d'aqui a origem e creação dos padres, que são os ministros encarregados por Jesus Christo de exercerem na sua Egreja estas funcções sublimes; é portanto cousa evidente que, sendo a religião, a Egreja Catholica, e os padres cousas coevas na sua fundação e creação por Jesus Christo, não são aquellas que derivam d'estes, mas sim estes que derivam d'aquellas, e que chamar á religião catholica religião dos padres, não passa de um sarcasmo odioso, contrario á essencia do facto e á critica judiciousa do raciocinio»¹⁴.

¹³ VISCONDE DE AZEVEDO, *Discurso pronunciado na Assembléa dos Oradores e Escriptores Catholicos*, Porto 1872, 6.

¹⁴ *Ibid.*, 6-7.

Creio que dificilmente encontraremos uma eclesiologia tão rigorosa e nítida nos nossos autores de então. Mesmo naquela assembleia católica e atendendo ao conjunto das intervenções, se era dizer bem, era dizer muito, quase demais: não se acha em mais nenhuma tal afirmação doutrinal da eclesialidade comum dos crentes e portanto dos leigos.

E não se limitava a defender a competência laical nos assuntos religiosos, ia mais longe, afirmando ser mesmo propósito daquele e doutros congressos evidenciá-la: «Para evitar estes sarcasmos dos adversários da Igreja Catholica, e para mostrar-lhes que a religião catholica não é a religião dos padres, mas sim a religião de Jesus Christo, é que se tem reunido em varios lugares do mundo catholico estas assembleias de natureza puramente leiga e secular»¹⁵. Isto, apesar de na reunião do Porto participarem também alguns «ecclesiasticos respeitaveis pela sua sciencia e virtudes»¹⁶, não como representando uma classe mas a título individual.

O discurso de Azevedo teve réplica, sob a forma duma *Respeitosa resposta*, aparecida no Porto, pouco depois do congresso, com a autoria ocultada sob a assinatura «Um Velho Liberal»¹⁷. Punha-lhe este em causa, entre muitas outras coisas, que Jesus Cristo tivesse instituído ministros que definissem os mistérios sobre que pudesse haver dúvidas: «Procurar definir o que o Omnipotente nos occultou, parece-nos quando menos, estulta vaidade»¹⁸.

O Visconde de Azevedo respondeu-lhe por sua vez, o que lhe permitiu fazer mais alguns esclarecimentos eclesiológicos de bom nível. Começou por precisar o alcance da definição da infalibilidade pontifícia, recentemente feita e ainda pouco compreendida: «A infalibilidade do Papa (...) consiste sómente em decidir como se devem entender os dogmas e cumprir os preceitos da religião,

¹⁵ *Ibid.*, 7.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Respeitosa resposta ao eloquente discurso pronunciado pelo Ex.^{ma} Snr. Visconde de Azevedo no dia 1.º de Janeiro de 1872 na Associação dos Oradores e Escriptores Catholicos. Dedicada ao clero illustrado e benemerito por Um Velho Liberal*, Porto 1872. O 2.º Conde de Azevedo, informado pelo Conde de Samodães, identifica o «Velho Liberal» como Eduardo von Moser, depois Visconde e Conde de Moser, luterano do Porto: cf. *Cartas inéditas*, 363.

¹⁸ *Respeitosa resposta*, 10.

e ainda n'estes assumptos não é infallivel quando falla ou escreve como individuo particular, mas sim e unicamente quando na sua qualidade de successor de S. Pedro e Chefe da Egreja de Jesus Christo expõe á mesma Egreja o modo por que deve entender-se qualquer ponto da doutrina revelada e ensinada pelo Divino Mestre aos seus apóstolos»¹⁹.

Mas não ficou por aqui. Foi bem mais longe, fazendo em relação à infalibilidade pontificia o que fizera antes em relação ao lugar do leigo, isto é, enquadrando-a na infalibilidade da própria Igreja — e é nisto que o seu pensamento se nos revela tão contemporâneo: «A infalibilidade do Papa não destruiu a da Egreja, pois sabe muito bem o illustrado critico, que não pode haver chefe sem egreja, nem egreja sem chefe, e que por consequencia a infalibilidade de um é a do outro, e nada prova o argumento de que todos os passados Concilios se enganaram pois se julgaram infalliveis sendo-o o Papa, porque este não o era na lua, era-o na terra com a Egreja e para a Egreja, e a Egreja era-o igualmente com elle»²⁰.

Em todas estas achegas eclesiológicas, o Visconde de Azevedo revela-se também um cristão desassombrado. Em relação às críticas exteriores, certamente — mas não estaria aí a novidade. Em relação ao seu próprio lugar na Igreja, principalmente, assumindo-se adultamente como leigo responsável e cooperante, com uma palavra a dizer, legitimamente. É nesta linha que aproveita para esclarecer o «Velho Liberal» «que as bullas e decretos pontifícios, que não tocam nos dogmas e na moral essencial da religião, não possuem o dom sobrenatural da infalibilidade (...); e os catholicos filhos da Egreja, sendo sem duvida obrigados a acatar e respeitar essas determinações, pódem contudo pedir respeitosa-mente ao Papa a alteração ou mudança d'ellas»²¹.

É ainda a mesma ordem de ideias que o leva a rejeitar ser confundido com padres e religiosos e a afirmar a sua vocação própria. Fá-lo contra os que confundem a realidade espiritual da Igreja com a forma das suas instituições e as suas realizações temporais; contra os que confundem todo o católico militante com

¹⁹ VISCONDE DE AZEVEDO, *Contra resposta dada ao Velho Liberal*, Porto 1872, 51.

²⁰ *Ibid.*, 52.

²¹ *Ibid.*, 66.

um «jesuíta»: «Além d'este systema de chamar sempre á Séde Apostolica Curia Romana, e ultramontanismo ao catholicismo, acresce n'estes ultimos tempos um appendix ao dito systema, que é chamar jesuitismo ao catholicismo, e por consequencia jesuitas a todos os catholicos, ainda que estes sejam leigos e casados, mesmo já em segundas ou terceiras nupcias! (...) muitos de nós (e eu entro na conta) não temos geito nem vocação para vida conventual regular»²².

Roberto Woodhouse responde aos «detractores da religião»

Roberto Guilherme Woodhouse, filho de inglês e portuguesa e convertido do anglicanismo ao catolicismo, foi figura de relevo na militância católica do tempo e também esteve presente no congresso. Dele diria depois *A Palavra*: «Quando ha annos alguns catholicos do Porto se reuniram e accordaram no modo de dar impulso á regeneração do paiz, por meio das associações e dos jornais catholicos, o snr. Woodhouse com alguns escriptos e trabalhos e esforços d'outra especie tomou grande parte n'este movimento religioso, salutar e civilizador, auxiliando-o sobremaneira»²³. E seguia, especificando que fora presidente da Associação Católica do Porto — a primeira que se fundou em Portugal — e o primeiro a presidir à gerência do jornal *A Palavra*, fundado pelos católicos portuenses na sequência do congresso de 71-72.

Woodhouse não foi um dos oradores deste congresso. Mas publicou pouco depois um dos referidos escritos apologeticos, bem revelador da sua maneira de encarar o leigo católico, em contraste com o meio social de então. Refiro-me à sua *Resposta aos detractores e mofadores da reliião e dos seus ministros*²⁴.

A dado passo, com efeito, contrasta assim as duas concepções: «Para vós, o homem que cuida no negocio, unico importante, da sua salvação eterna, é um *beato*. Para vós, o homem concentrado

²² *Ibid.*, 69-70.

²³ Roberto Guilherme Woodhouse, in *A Palavra* (27.V.76), 1. Sobre Roberto G. Woodhouse (1828-1876), cf. A. DE MAGALHÃES BASTO, *Roberto Woodhouse. Um campeão portuense do catolicismo*, Porto 1942.

²⁴ ROBERTO GUILHERME WOODHOUSE, *Resposta aos detractores e mofadores da religião e dos seus ministros*, Porto 1872.

e que evita o tumulto da sociedade, é um *impostor* ou *magico*. Para vós, o homem consciencioso nos seus negocios, e que não aproveita a occasião de se enriquecer á custa alheia, é um *parvo* ou um *tolo*. Para vós, a modestia e o recato são *pieguices*. A creatura que no fim do dia presta homenagem ao seu Creador, saudando, ao toque do 'Angelus', o ineffavel mysterio da Incarnação do Divino Verbo, é por vós classificada de fossil, reaccionario, até de — miguelista!!!»²⁵.

Tiramos daqui, em primeiro lugar, o perfil do leigo, segundo Woodhouse: preocupado acima de tudo com a salvação eterna; concentrado e sossegado; consciencioso e honesto nos negócios; modesto e recatado; piedoso. Tanto quanto os conhecemos, este perfil applica-se efectivamente aos leigos de primeira plana do congresso, como D. António de Almeida, Azevedo ou Samodães ... E definiria por excelência o escritor que agora nos ocupa, luso-britânico do Porto, conscienciosamente repartido entre a sua biblioteca, os seus negócios e os seus deveres religiosos.

Mas diz-nos mais o seu texto. Dá-nos conta também de como catholicismo e miguelismo se confundiam aos olhos dos liberais mais radicais, dessa confusão que os homens do congresso do Porto quizeram exactamente ultrapassar. Ao menos Almeida, Azevedo e Samodães fariam suas as palavras com que Woodhouse prosseguia: «Como se a Religião tivesse côr politica!»²⁶.

O Conde de Samodães, leigo exemplar

«Leigo exemplar» não tem aqui primeiramente sentido moral — embora Francisco de Azeredo, 2.º Conde de Samodães, certamente o merecesse —, mas histórico: ele foi, no seu tempo, «o prototypo do catholico theorico e pratico», como lhe chamou Monsenhor Couto, numa homenagem dos católicos portuenses, a 6 de Maio de 1881²⁷.

²⁵ *Ibid.*, 12-13.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ A *Palavra* (8.III.81), 2. Sobre Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar (1828-1918), 2.º Conde de Samodães, cf. ALBERTO PIMENTEL, *Esboço biographico do 2.º Conde de Samodães*, Porto 1908; A. FERREIRA PINTO, *Conde de Samodães*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 5 (1942), 5-35; e MANUEL CLEMENTE, *Francisco de Azeredo Teixeira de*

Aconteceu, efectivamente, que na sua longa existência de noventa anos (1828-1918), do absolutismo à República, Samodães teve ocasião e ânimo para se repartir por muitíssimas tarefas políticas e sociais, de deputado e par do reino à Câmara Municipal e ao Governo Civil do Porto, de membro e presidente de várias associações económicas e culturais às conferências vicentinas, aos terceiros franciscanos, à Misericórdia do Porto ... E, em tudo isto, evidenciou sempre uma forte intenção religiosa que fez dele um claro exemplo do nosso primeiro apostolado laical. Por isso convém determo-nos neste muito especial orador do congresso católico portuense.

Queixou-se também do mesmo que já ouvimos a Azevedo e a Woodhouse, ou seja, de o confundirem com reaccionário e professor, pelo facto de ser militantemente católico; e fê-lo reivindicando a sua própria vocação: «Quando lhes contestamos com o nosso credo positivo, definido e nunca duvidoso, chamam-nos reaccionarios, jesuitas, lazzaristas ... Não sou nada d'isto porque não sou reccionario acceitando sem tirar uma virgula a doutrina catholica (...). Não sou jesuita, nem lazzarista, porque não foi essa a minha vocação»²⁸. Uma vocação laical, que ele já sabia ligar ao baptismo, sacramento duma vida inteira: «Sei que esta assembleia me faz plena justiça e me considera incapaz de em qualquer epoca ou logar ter renunciado ás solemnes promessas, que em meu nome se fizeram no momento, em que as aguas do baptismo vieram libertar-me das penas do peccado original (...) promessas que eu tenho ratificado mil vezes desde que cheguei á idade da razão, e que repetirei sempre com a graça de Deus»²⁹.

Aqui e ali, na sua vasta escrita de livros, opúsculos e jornais, não nos é difícil descortinar o cristão que Samodães foi, como se formou, o que meditava e praticava. Em 1880, por exemplo, dá-nos esta achega: «Entre os livros da Sagrada Escripura aquelle que mais se me gravou na memoria foi o dos actos ou actas dos Apostolos. Gostava tanto d'elle, quando estava no principio da

Aguillar e o apostolado dos leigos em Portugal, in *Laikos*, IX/4 (Out.-Dez. 1986), 471-496.

²⁸ CONDE DE SAMODÃES, *Discurso pronnunciado na sessão publica do Congresso dos Oradores e Escriptores Catholicos, na noite de 3 de Janeiro de 1872*, Porto 1872, 14.

²⁹ *Ibid.*, 6.

adolescência, que o lia a relia sempre que outros estudos me davam ocasião»³⁰.

Nesta última citação convém sublinhar dois aspectos. O primeiro é certamente o contacto assíduo com a Escritura, e com a parte dela mais motivadora do apostolado. Mas também o facto de tal se fazer no meio duma vida ocupada — e a de Samodães foi sempre ocupadíssima. É que também nisto, particularmente nisto, se revela o leigo, que não abdica dos meios de aperfeiçoamento espiritual pelo facto de viver no mundo. Escreveria mesmo em 81: «A vida perfeita não póde ser monopolio de alguns poucos escolhidos, que se separaram do mundo»³¹; e falando da instituição dos terceiros franciscanos: «São Francisco (...) teve a inspiração de conciliar a exaltação do sentimento religioso do seu tempo com os direitos incontroversos do Estado e as tendencias naturaes dos homens. Essa conciliação de interesses, direitos e aspirações formulou-se na criação da Ordem Terceira»³².

Do Concílio Vaticano I ao Vaticano II, a reflexão teológica incidiu fortemente na eclesiologia. Eclesiológico foi, como vimos, o principal documento do primeiro; e o facto de ter ficado isolado do contexto em que fora pensado, referindo-se apenas ao Papa, se deu azo à polémica, deu-o também à reflexão. E esta alargou-se ao papel dos demais ministros da Igreja e de todos os cristãos, dentro e fora dela. O Visconde de Azevedo, no congresso e no seu seguimento, debruçou-se exactamente sobre temas eclesiológicos. Não foi tão explícito Samodães, nessa circunstância; mas cabe também referir-lhe aqui algumas notas sobre o seu modo de sentir e dizer a sua experiência de Igreja, intensa como foi.

O seu apelo à unidade, por exemplo, que o situa bem no ambiente que motivou o congresso e a movimentação católica que se seguiu. Unidade que leva homens livres a cooperarem nos esforços, já que comungam na crença: «Esta unidade é a conformidade da crença de todos os membros da Igreja (...). Aqui não ha escravidão, ha sim a união das inteligências, a harmonia nas vontades, a conformidade nos sentimentos (...). Não temos escravidão, temos sim cooperação, união de esforços, unidade de fim»³³.

³⁰ IDEM, *A liberdade da Igreja em Portugal*, Porto 1880, 97.

³¹ IDEM, *O mez de S. Francisco*, Porto 1881, VII-VIII.

³² *Ibid.*, IX.

³³ IDEM, *A liberdade da Igreja*, 61-62.

«Não temos escravidão, temos sim cooperação»: Samodães é parte inteira e habitual em tudo o que interessa à Igreja em Portugal no seu longo tempo. Em 1880 podia dizer: «Tenho a honra de conhecer a todos os membros actuaes do episcopado portuguez»³⁴. E conhecia especialmente o Bispo de Lamego — o lugar de Samodães fica-lhe perto — a quem se sabia ligado na comunhão diocesana: «V. Exc.^a é o meu Prelado, e por isso o Pontifice a quem sou subordinado. Honra-me V. Exc.^a com a sua amizade e devo-lhe finezas e atenções a que não sei ser ingrato» — dirigia-se assim, um ano antes, a D. António da Trindade³⁵.

Uma relação certa e franca, esta de Samodães com o episcopado. Em 76, efectivamente, não se coibira de perguntar: «Os Pastores do povo francez, hespanhol, allemão e brasileiro nas questões graves fallam sempre ao seu rebanho; porque não fallarão os Pastores do povo portuguez?»³⁶. A sua intervenção incansável e católica na vida portuguesa custavam-lhe sempre as cautelas e ausências alheias.

Mas os prelados e o clero em geral tiveram nele um constante defensor, no parlamento e fora deste. E é curioso apontar aqui o facto dele ligar esta «dedicação» ao catolicismo à figura de Almeida Garrett, que lha inculcava no começo da sua carreira política: «A minha dedicação para com o episcopado é mais lata, amplia-se a todo o clero, cuja causa me comprazo em ter defendido toda a minha vida como defendido tenho a religião catholica, apostolica, romana, pelo modo que tenho sabido e podido, imitando n'isto e mal (por mais não poder) o visconde d'Almeida Garrett, que um dia me deu esse conselho em 1854»³⁷.

Como o Visconde de Azevedo, também ele via e integrava os membros do clero na realidade maior da Igreja, em que eram ministros e o deviam ser com prontidão: «Todos os ecclesiasticos, quer seculares, quer regulares, nada mais são senão membros uns superiores, outros inferiores, do grande corpo da Egreja catholica

³⁴ *Ibid.*, 70.

³⁵ IDEM, Dedicatória ao Bispo de Lamego da sua tradução da *Vida do Santo Padre o Papa Pio IX*, de J. Blum, Porto 1879, 8.

³⁶ IDEM, *A Bulla da Santa Cruzada*, in *A Palavra* (2.IV.81), 1.

³⁷ IDEM, *A liberdade da Egreja*, 35.

(...) por isso obrigados em consciencia a exercitar com pontualidade o sagrado ministerio»³⁸.

Prefere os prelados que — como ele — se esforçam por conjugar a eternidade com o tempo, a doutrina com as situações concretas, como o fizera Dupanloup, Bispo de Orleans e patrono dos católicos liberais franceses, a quem se refere assim, por ocasião da sua morte: «Perdemos o unico homem do alto clero francez com quem tinhamos a honra de ter correspondencia (...). Homem do seu seculo, conhecia perfeitamente a epocha em que vivia, e tinha o generoso pensamento de conciliar as verdades eternas e os principios inflexiveis da Igreja com as variaveis aspirações e vacilantes doutrinas da politica»³⁹. Ou como Newman, com cujo cardinalato rejubila: «Catholico fervoroso, Padre esclarecido e religioso severo, o dr. Newman repelle as exagerações e reconhece a influencia do seu seculo. Pertence elle a essa eschola esclarecida e desempoadada, que tivera por chefe o illustre Dupanloup, Bispo de Orleans»⁴⁰. Como o próprio Leão XIII, pois, escreve ainda Samodães, «se não fôra a sua prudencia, o seu tino governativo, a profunda sciencia das cousas e dos homens, gravemente embaraçosa seria a situação da Igreja (...). De circumstancias, que se diriam desesperadas, elle tira o melhor partido possivel para não deixar em conflicto aberto a Igreja com governos manifestamente hostis»⁴¹.

Como em Azevedo ainda, encontramos em Samodães a mesma afirmação dum catolicismo lúcido e inteligentemente optado, da consciência e do estudo, a incidirem sobre os próprios fundamentos da fé — e também precisara as relações entre a razão e a fé. Dez anos depois do Concílio, escreveu assim: «O catholico examina e estuda não o que define a auctoridade infallivel, mas as razões porque ella o é (...). Se por ventura o catholico não examinasse, inutil seria a sciencia theologica, porque limitar-nos-iamos a um dogmatismo simples, a um catechismo, que não é senão o resumo do que está definido e averiguado»⁴².

³⁸ IDEM, *O mez de S. Francisco*, 211-212.

³⁹ IDEM, *Felix Dupanloup*, in *A Palavra* (19.X.78), 1.

⁴⁰ IDEM, *O Cardeal Newman*, in *A Palavra* (7.VI.79), 1.

⁴¹ IDEM, *20 de fevereiro de 1881*, in *A Palavra* (21.II.81), 1.

⁴² IDEM, «*Os Dois Mundos*» III, in *A Palavra* (5.II.80), 1.

Na verdade, não lhe chegava o «catecismo». Para Francisco de Azeredo, Conde de Samodães, a prioridade das prioridades era mesmo a divulgação doutrinal, propriamente teológica. Chega a falar, com arrojo de expressão, atendendo ao meio e ao tempo, em republicanização da teologia, para melhor frisar o que pretende: «Houve tempo em que a theologia não precisava de ser popular. Estava esta sciencia reservada para os sabios e doutores. Hoje é mister que ella se torne accesivel e servindo-me d'um epitheto hoje na moda, que corre de bôcca em bôcca, republicana, isto é, ao nivel de todos, perfeitamente egualitaria, porque eguaes nos fez a Cruz, a redempção, o catholicismo»⁴³. Falava na Associação Católica do Porto, fundada também em 72, precisamente com a finalidade, entre outras, de aumentar os conhecimentos religiosos dos seus membros e outros interessados; por isso, continuava o orador: «Aqui hoje e sempre que nos reunirmos, congregados em academia, comunicamos nossos pensamentos, transmitimos nossas ideias, comungamos no saber de todos»⁴⁴.

Por razões de crescimento pessoal, mais seriamente entendido, mas também pela necessidade apologética, que Francisco de Azeredo sentia premente. Ele foi, durante décadas, no parlamento e na imprensa, precisamente isso, um incansável apologista do catholicismo. Foi-o tanto, que nas vésperas da República, ainda regressou, octogenário, à direcção d'A *Palavra* ... Mas já escrevia assim em 1873: «A fé, que n'outras eras podia ser cega, hoje precisa de ter os olhos abertos (...). Precisamos provar practicamente aos livres-pensadores que não nos esquivamos á discussão (...). É indispensável, que haja academia, conferencias, congressos, jornaes, livros, tudo quanto seja conducente a apoiar a causa do catholicismo»⁴⁵.

Uma fé esclarecida, de «olhos abertos»: nos anos 70, Samodães entregou-se — entre muitas outras ocupações — à tradução cuidada, do alemão, de cinco substanciosos volumes da *Apologia do Cristianismo* de Hettinger, teólogo da universidade de Wurzburg e perito do Vaticano I, obra a que o próprio Camilo Castelo Branco se referiria assim: «A *Apologia do Christianismo* de Het-

⁴³ IDEM, *Discurso em honra da Cruz*, Porto 1873, 33.

⁴⁴ *Ibid.*, 34.

⁴⁵ *Ibid.*, 34-35.

tinger, professor theologo na universidade de Wurzburg, e *O Papa e a Liberdade* do dominicano Constant são as mais notáveis obras da segunda metade do século XIX pela elaboração científica que lhes dá uma caracterização particular»⁴⁶. Uma apreciação destas, da pena de quem vinha, recompensava certamente os esforços do nosso apologista portuense.

Mas a sua grande tribuna, a partir de 1872, foi o jornal *A Palavra*, iniciativa dos católicos do Porto que acompanhou, com maior ou menor intensidade, até 1911. Aí se revelou também um precursor do moderno apostolado laical, na medida em que, contra muitos ventos e marés dum lado e doutro, se manteve no difícil plano dos princípios evangélicos orientadores da actividade social e política, expondo ideias e buscando consensos. São suas estas frases, no primeiro número do jornal: «O uso recto da palavra é auxiliar a verdade, collocar-se ao seu serviço, defendel-a sempre (...). Esperamos não fazer uso d'ella senão para o bem, sem procurar offender, mas também não adular pessoa alguma, partido ou opinião qualquer, respeitando a todos, quando os seus actos não sejam oppostos aos eternos principios da verdade e da virtude»⁴⁷.

Efectivamente, esta difícil posição que Samodães soube manter e estimular noutros, conseguiu desvincular a militância católica da causa miguelista que a retardara até então; conseguiu desvinculá-la, em geral, das opções partidárias e situá-la no campo específico da proposta religiosa: «O catholico não sustenta nos seus principios que a redempção da humanidade está na transformação das formulas politicas (...) a extirpação do mal exige meios poderosos (...). Poucas condições são indispensaveis para que as instituições velhas ou modernas ou futuras sejam accitaveis, e consiste em que haja governo e não anarquia, ausencia total de governo; que não haja despotismo, porque é opposto ao principio catholico da liberdade individual, e que o governo se conforme com os preceitos da moral, revelada e ensinada por Deus»⁴⁸.

⁴⁶ CAMILO CASTELO BRANCO, *O Papa e a liberdade*, in *A Palavra* (10.X.79), 1.

⁴⁷ CONDE DE SAMODÃES, in *A Palavra*, 1 (1.VIII.72), 1.

⁴⁸ IDEM, *Catholicismo e liberdade*, in *A Palavra* (31.VIII.72), 1.

Conclusão

Julgo podermos concluir que na *Assembleia dos Oradores e Escritores Católicos* ou primeiro *Congresso Católico* em Portugal, de 27 de Dezembro de 1871 a 5 de Janeiro de 1872, no Porto, encontramos elementos suficientes para podermos falar de emergência do laicado entre nós .

Os seus oradores de primeira plana eram efectivamente leigos. Não apenas por não serem clérigos, mas conscientes duma vocação própria que os levava a intervir na Igreja e na sociedade, na sua mesma condição secular.

Além disto — que já era significativo — Azevedo e Samodães têm uma consciência de Igreja suficientemente aberta e dinâmica, para nela se integrarem como membros de parte inteira, com uma aceitação da autoridade eclesial e do ministério ordenado que não se apouca nem dispensa. O primeiro deles teve mesmo ocasião, no congresso e na sequência deste, para explanar o seu pensamento eclesiológico, bastante apurado para a época e o meio.

Em Francisco de Azevedo, por sua vez, encontramos a reivindicação firme duma espiritualidade laical, capaz de assegurar o aperfeiçoamento cristão no meio de intensas tarefas sociais; a participação activa na vida da Igreja do seu tempo, particularmente no campo da apologética; e o empenhamento na divulgação doutrinal séria.

Nos quatro autores referenciados, finalmente, salientamos a afirmação da especificidade do apostolado em relação às respectivas opções políticas, situando-o no seu verdadeiro âmbito da inspiração cristã da sociedade.

Resta afirmar também que a iniciativa de D. António de Almeida teve seguimento: a Associação Católica do Porto e o jornal *A Palavra* apareceram depois do Congresso, nesse ano de 1872. A primeira, motivou depois a criação doutras pelo país fora, para formação dos crentes e defesa da Igreja; o jornal foi até à República a mais duradoura e equilibrada presença do pensamento católico nas letras portuguesas. Se não foram consequência directa e exclusiva do Congresso integraram-se no movimento que o realizou e continuou.

Manuel Clemente
Faculdade de Teologia
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima
1600 Lisboa